

Entrevista de Ynaê Lopes dos Santos

Concedida a
Ana Carolina Borges¹ e
Yasmin Getirana²



Ynaê Lopes dos Santos é doutora em História Social pela USP. Atualmente é professora adjunta na Escola Superior de Ciências Sociais CPDOC/FGV e do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da mesma instituição. É pesquisadora nas áreas de História da América, com ênfase em Escravidão nas Américas e Relações Étnico-Raciais, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, América ibérica, formação dos Estados Nacionais, cidades escravistas e ensino de história. É autora de três livros: História da África e do Brasil Afrodescendente, Licenciatura em História da África, Além da Senzala. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850).

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v9n15.2018.77782>

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: carolina.borges88@gmail.com

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: yasmingetirana@gmail.com

Vamos começar a entrevista falando do tema deste atual dossiê, a pós-abolição. Sendo lembrado os 130 anos da assinatura da Lei Áurea. Primeiramente, gostaríamos de saber um pouco da sua trajetória acadêmica, de vida, e qual a sua relação com o tema?

Tenho minha formação na USP, começando em 1999 com a minha graduação, no qual a terminei em 2002. Durante esse processo eu já havia feito 3 anos de iniciação científica, em um projeto que era sobre moradia escrava no Rio de Janeiro, e no mestrado, acabou virando meu tema... Ainda na graduação eu pesquisei como que os viajantes que visitaram o Rio de Janeiro perceberam a dinâmica da escravidão. Eu fiz um banco de dados, e no mestrado escolhi, dentre os temas possíveis, pensar sobre a moradia escrava dentro desse universo. O tema do meu mestrado, virou livro em 2010, sendo que o curso foi de 2004 a 2007. Em 2008 eu comecei o doutorado, em que eu ampliei o estudo da questão urbana para pensar não só o Brasil. Pois a grande conclusão do mestrado foi a necessidade de articular um certo silenciamento, percebido, sobre a questão da moradia escrava no Rio de Janeiro, diante da grande política que estava sendo gestada no Brasil e estava atravessada pela manutenção da escravidão. A ideia do meu doutorado foi em ampliar essa pesquisa, pensando em duas localidades que representavam o ponto de vista urbanos às escolhas pela escravidão nas Américas; do Rio de Janeiro, que já tinha começado a trabalhar, à Havana, que foi a segunda maior cidade escravista do mundo. Esse o meu recorte, de como que o Estado brasileiro, Estado espanhol/cubano e como que esses dois estados pensaram a organização das cidades para que elas pudessem comportar uma escravidão tão pujante. Uma escravidão, que no caso de Havana acontece mais que no Rio de Janeiro, sendo levada a sub elevações. No caso do Rio de Janeiro, a não quantidade de sub elevações que temos aqui, se tem ao contrário para Havana. Muitas revoltas escravas, nesse período que estudei, que foram de 1673 a 1844, quase 100 anos, foi um estudo bem longo, né, sou bem “USPiana” nesse sentido. Aquela coisa de Escola dos Annales, Braudel, somos formados para isso, né (poucos risos), estudamos 3 anos, 4, é a mesma coisa que... *morna*. Enfim, a minha formação foi de uma pessoa que estudou a história da escravidão, claro, que com perguntas de quem vivia esse pós-abolição, que começa no Brasil em 1888 e existe até hoje. Eu era uma das poucas alunas negras da graduação, uma das pouquíssimas do mestrado, dos grupos, fazia parte dos grupos temáticos que eram organizados, que eram financiados pela FAPESP, lá na USP. Eu era sempre a única aluna negra de pós-graduação, e isso também atravessava o meu questionamento com o meu objeto que é pensar, como que a estrutura da escravidão, pensando, claro, que a partir da cidade. Pois a cidade é somente a ponta do iceberg para pensar essa questão da estruturação da escravidão, como que ela se mantém de alguma forma até hoje. Sei que sou uma mulher negra que vive numa situação muito excepcional em relação às mulheres negras brasileiras, sou da classe média/classe média alta, sou de São Paulo, sou bolsista de cota, viajei para fora do Brasil nova, então, eu tenho uma vivência de classe média, mas que é atravessada obviamente pela minha... Sempre fui a única pessoa negra, então eu sempre fui a única aluna negra da escola, uma das pouquíssimas da USP, os lugares que eu trabalho geralmente eu sou a única pessoa negra. Então, isso querendo ou não, também forma o que eu vou pesquisar. E quando eu entrei aqui, no CPDOC, em 2015, primeiro entrei como RD em 2014 e então tinha um projeto bem específico sobre

patrimônio, escravidão, história do Rio de Janeiro, mas a partir de 2015 eu começo a dialogar mais com o pós-abolição especificamente, pensando, sobretudo, em trajetórias de personagens que foram esquecidos ou que não são lembrados por homens ou mulheres negras. Isso tem a ver também com uma outra experiência que eu tenho, que é trabalhar com o ensino de história da África do Brasil afrodescendente, que é para mim uma questão muito cara. Eu publiquei um livro no ano passado, que é um “paradidaticozão” para ajudar, sobretudo os professores a pensar um diálogo com essa história africana, com a história desse Brasil. Porque ouvimos muitos professores reclamando, com razão, que eles não têm material, que eles não tiveram formação para estudar História da África. A ideia desse livro é facilitar e também abrir uma porta para que as pessoas pesquisem mais. Então, História Antiga, data, estudar Guerras Púnicas, né, uma coisa que é clássica, todo mundo até odeia Guerras Púnicas, dei aula muito tempo no ensino Fundamental II e Guerras Púnicas era aula todo o ano. E as Guerras Púnicas eram as guerras entre o Império Romano e Cartago, Cartago era uma cidade africana. É só você dá um foco maior para isso que você consegue já de certa maneira aproximar a História da África dessa história dita universal, que na verdade é a história da Europa. Então, a ideia desse livro foi ajudar a pensar nessas janelas de oportunidade, pensando numa divisão que, obviamente, é uma divisão eurocêntrica, que é a: História Antiga, Medieval, mas que é a História, é a divisão que nos forma, e que as escolas são formadas... Então não é revolucionário nesse sentido, mas, é também para não ter mais desculpa de que não tem como fazer este diálogo. Você pode fazer em qualquer momento, enquanto tiver dando qualquer aula, sobre qualquer tema, é só você olhar para a África. É isso, questão de mudar o olhar muito mais do que qualquer outra coisa. Esse livro teve essa função, ele foi pensado para isso, me aproximando muito das questões do pós-abolição no Brasil, que são as questões mais sérias do ponto de vista do ensino de história negra no Brasil. Pois é muito comum nos livros didáticos quando a escravidão é abolida, a questão negra desaparece. Então, se vocês lembrarem de livros didáticos, muitos deles, não tem mais questão. O máximo que você tem é um João Cândido na Revolta da Chibata, mas ela deixa de ser uma questão nacional. Então tem uma incorporação de um certo discurso que exclui o pós-abolição, a questão negra do Brasil pós-republicano. Isso começou a me incomodar muito, desta forma, entrei no projeto, junto com outros professores da UFF, da UFRRJ e da UFRJ, que é um projeto financiado pela CAPES de biografias, que sai, acho, 2015, quando Renato Janine ainda era o ministro da educação. A ideia desse projeto é pensar em 6 personagens do pós-abolição, em um diálogo muito forte com o ensino de história. Então, além de uma pesquisa acadêmica, histórica, fui para Bahia duas vezes para fazer levantamento documental. O objetivo é produzir um material que possa ser acessível aos professores do ensino básico e que até os alunos do ensino básico, formulando um diálogo mesmo. Então acabei pesquisando com um personagem que é um dos mais conhecidos, o Juliano Moreira, um homem que tem uma importância fundamental no estudo da psiquiatria no Brasil. Ele é o homem que transforma a psiquiatria no começo do século XX, um homem muito conhecido no meio de quem estuda psiquiatria, todo mundo conhece Juliano Moreira, mas pouca gente sabe que ele era um homem negro. Então, a ideia era trabalhar com essa invisibilidade que o pós-abolição cria nesses homens; tendo dois movimentos: uma é invisibilizar aqueles que ganham algum tipo de notoriedade em âmbito nacional e outro é de silenciar totalmente as pessoas que não chegam ganhar essa notoriedade tão evidente, que não chegam a ocupar cargos de confiança, cargos políticos, mas que tem uma importância

muito grande em outros aspectos da história brasileira. Pelo fato de ter ficado com Juliano Moreira, ele me serviu como uma porta de entrada tanto para o pós-abolição quanto para o estudo do século XX. Eu gosto muito do século XIX, a história do século XIX, eu que quanto mais eu estudo, mas eu vejo que todos os problemas que a gente vive começou tudo lá atrás, então eu acho que é um século que a gente tem que olhar com bastante carinho, e bastante... um olhar bem crítico. Comecei então a fazer esse estudo, nesse momento, eu estou estudando Juliano Moreira, porque preciso entregar, inclusive, daqui a 4 meses. Tive aprovado um projeto na FAPERJ, em que eu vou fazer um estudo comparado de 3 intelectuais negros a partir do estudo do que eles produziram sobre o passado africano e sobre a escravidão em seus respectivos países, então, eu vou estudar o Manuel Querino no Brasil, o Dino Damiano em Cuba, que é muito pouco conhecido e o Du Bois, que é um dos grandes intelectuais negros norte-americanos; pensando como que eles articulam a vivência deles em sociedades profundamente racializadas para pensar uma nova forma de entender a escravidão. Sendo uma linha de pensamento que a partir da década de trinta, tanto no Brasil quanto em Cuba, tanto em quarenta, Brasil, Cuba e Estados Unidos vai ter uma mudança muito grande, uma mudança de paradigma, de como pensar as questões raciais nesses países. E são homens que geralmente, fora o Du Bois, mas o próprio Manuel Querino, são pouquíssimos estudados, embora ele seja constantemente citado pelo Gilberto Freyre, que é um dos responsáveis por essa mudança no caso brasileiro, o Dino Damiano também é pouquíssimo estudado; ele vai ser até o mais complicado, porque ele... Cuba é uma outra história, estudar os pensadores cubanos é sempre uma coisa meio tensa e falar de questões raciais em Cuba não é algo simples para o Estado cubano. Porque ainda é a pedra, e um dos calcanhares de Aquiles de Cuba, porque é uma sociedade profundamente racista, “pro-funda-men-te” racista, tanto quanto o Brasil. Gente, quando eu fui para lá, eu vivi situações que eu jamais imaginei viver... de pessoas me perguntando quanto era o programa na rua. Cuba tem um turismo sexual muito forte. Então o que eu vivi em Cuba quando fui fazer pesquisa: por um lado, os cubanos eram o menor... nem olhavam na cara por eles, todo mundo achava que eu era cubana né. Isso foi até um problema para mim, porque em Cuba tudo é muito separado, a moeda é separada, para cubano e para estrangeiros e para turistas, os meios de transportes, conseqüentemente, são outros, então eu nunca conseguia com que os taxis para estrangeiros parassem para mim. Porque eles achavam que eu era cubana, então eles não paravam. Teve uma hora que eu desisti e falei “gente, vou começar a usar as gagas, que são aqueles carros antigos, que eles têm um circuito com, é quase um ônibus, então eles têm um circuito pré-determinado, mas meus problemas foram os estrangeiros, tem muito turismo sexual; chegam aviões e aviões de italianos...

[Então isso não partia dos cubanos... Eram os turistas de lá...](#)

Eram os turistas... Até teve alguma coisa com os cubanos, mas eu era uma coisa mal compreendida porque, em Havana, pelo menos a sensação que eu tive, é que as mulheres não andam sozinhas. Muito difícil você ver uma mulher cubana, pelo menos durante o período que eu tive lá. Até tentei entender o que estava acontecendo e eu era uma mulher que estava sozinha, porque estava fazendo pesquisa, então era uma coisa meio estranha, não

estava com filho, com uma amiga, com a mãe, com o pai, com o marido, com o irmão, eu andava sempre sozinha, eu ia andando até o arquivo, isso era sempre meio tenso. Mas é um país racista, meu pai, quando foi para Cuba, também sofreu a mesma coisa, pararam ele porque acharam que ele era um prostituto. Isso na década de oitenta, pois é um homem negro que poderia está, é complicado... Mas enfim, tudo isso para dizer que agora eu estou nesse momento de tentar entender qual é, qual foi a contribuição que esses autores, todos eles negros, tiveram na produção, nessa mudança de paradigma sobre a forma de entender não só a história da escravidão, como das relações raciais nesses 3 países que são marcados estruturalmente pelas questões raciais. Então, a minha entrada no pós-abolição está sendo por meio de biografias; é uma coisa que eu nunca imaginei que fosse fazer, mas que estou gostando bastante.

Você tem alguma previsão de quando saí o livro das biografias?

Eu teoricamente tenho que entregar o meu livro em março do ano que vem. A gente tem que entregar até o final do ano que vem, esse material pronto, porque acaba a vigência do edital. Então, se não for março, em abril o meu livro deve estar sendo entregue.

A nossa próxima pergunta é sobre os efeitos da escravidão e da colonização na nossa sociedade nos dias de hoje. Sobre a questão da invisibilidade, pessoas que são totalmente apagadas, da história, de não estarem na nossa, história oficial, queremos saber se você queria falar mais sobre o assunto...

Sim, claro, muito mais, sempre tem...

Não, porque tem, é, uma coisa que eu acho que eu devo muito à insistência que meu orientador, em pensar um diálogo entre a escravidão e as escolhas políticas feitas pelo estado nacional brasileiro no século XIX, é entender que esse é um processo que é uma opção política. Porque geralmente a gente naturaliza o racismo, naturaliza a própria existência da escravidão, a gente naturaliza a invisibilidade do negro, e não entender isso como um objeto histórico, tem um começo, tem uma escolha. Acho isso muito importante ser pontuado, a gente é fruto de uma sociedade que é herdeira de uma colonização europeia, portuguesa, e que vivencia essa colonização marcada pelo símbolo da escravidão, tanto da escravidão indígena, mas sobretudo da escravidão africana. Justamente pelas relações que os portugueses tinham também com várias sociedades africanas, que facilitou o tráfico, então os portugueses foram os primeiros traficantes, durante muito tempo, foram os que mais traficaram, não só no Brasil, mas também na América espanhola, sobretudo a grande questão é partir de 1822, quando o Brasil tem a opção em fazer mudanças. Transformações essas que estavam sendo feitas por outras nações da América Latina, que estavam pensando a sua independência junto com o fim da escravidão, mas o Brasil não só, não abole a escravidão como faz o que o Alencastro chamou de “aposta para o futuro”, então o Brasil aposta na escravidão. E aposta na escravidão numa lógica já totalmente capitalista, então a

escravidão, do Brasil, a escravidão de Cuba, a escravidão dos Estados Unidos, vão ser as três localidades que de fato vão investir na escravidão no século XIX. Sendo uma escravidão que em última instância permite que a Revolução Industrial aconteça. E a gente também aprende um negócio de forma bem simplista na faculdade, de que escravidão e capitalismo seriam incompatíveis. Não... Nada é incompatível com o capitalismo, estou chegando nessa conclusão. Contanto que seja desigual no princípio, cabe tudo... Então, tem uma corrente chamada “segunda escravidão”, então eles defendem; nesta corrente tem o Tomas, que é o meu orientador, tem o Rafael, que é professor da UFF, eles são autores que trabalham bastante nessa perspectiva, o Blackburn, que é um historiador inglês, e eles defendem que o século XIX, então, quando esses três territórios – Cuba ainda não é uma nação independente – mantém a escravidão, não é só a manutenção, a readequação para as exigências de uma sociedade, quer dizer, de uma economia mundial já capitalista. Então, o que vai ser produzido, por essas três localidades, são produtos fundamentais para a revolução industrial. Os Estados Unidos vão produzir algodão, que é a matéria prima da indústria têxtil, o carro chefe da Revolução Industrial. Cuba vai produzir açúcar e o Brasil vai produzir café. O que tomamos todo dia para ficar acordado de manhã? O café com açúcar. Só que ela tem que ser produzida em uma escala muito grande para que a classe operária possa comprar a preços baixos. Então, a própria formação da classe operária e a sua constituição ao longo do século XIX, pelo menos até 1860/1870, está muito vinculada com a manutenção da escravidão nessas três localidades. É, isso que as pessoas que defendem a segunda escravidão apontam. Então, eu acho que, muitas vezes os estudos sobre escravidão, deixam de lado a própria perspectiva do escravo e de como eles, esses escravos vão vivenciar numa instância individual esse processo, mas chamam atenção para essa característica que acho que é fundamental que a estrutura. Está faltando estrutura, faltando áreas de estrutura, essa é a minha visão do negro atual, falta estrutura. Vou voltar ao Marx, esse pessoal todo, porque eles ajudam a entender muito o que está acontecendo hoje. E no caso das questões raciais no Brasil, temos a construção de um país que aposta na escravidão e silencia o racismo, ao mesmo tempo em que opera com ele o tempo todo. Esse racismo que a gente vive hoje, que estrutura nossa sociedade, ele não está só, em uma possível discriminação individual, mas que está nas expressões que a gente usa, no tipo de quantidade de pessoas que representam o poder político, a quantidade de professores e estudantes universitários, na quantidade de negros que morrem pela mão da polícia, isso tudo é racismo estrutural. E isso naturaliza o racismo. Uma outra questão muito séria, muito difícil, que diferencia muito a nossa experiência da experiência norte americana, que é a naturalização total dessa vivência racista. Eu nunca vou esquecer aquele caso, vocês devem lembrar, o mendigo gato, do Rio Grande do Sul, não sei se vocês lembram. É um mendigo... Era usuário de drogas e foi parar na rua... só que ele era um loiro de olho azul. E a comoção nacional. O homem virou modelo, pauta do Jornal Nacional, virou pauta do Fantástico, por quê? Pois aquilo é estranho.

O Brasil é uma sociedade profundamente segregada, profundamente. E eu acho que a própria escolha do livro, que eu acho mais acertado, o livro *Casa Grande e Senzala*, é a escolha do título. Pensar que essas relações sociais no Brasil acontecem em lugares muito bem determinados. Então o negro tem que saber o lugar que ele ocupa, o branco tem que saber o lugar que ele ocupa, o indígena o lugar que ele não ocupa. Na verdade, porque o

indígena é uma não questão para gente, infelizmente. Então quando você tem uma mudança de lugar isso causa um estranhamento. Tanto se é o negro que sai do lugar, geralmente uma ascensão ou o branco que sai estando em lugares de subalternidades, isso chama atenção. Isso, nada é mais racista do que isso. Você achar que um homem que é loiro de olho azul não pode ser mendigo, porque ele é loiro de olho azul. Conseqüentemente, um homem que é negro, não tem problema. Então isso é fruto de uma série de escolhas que começam no período imperial e que são profundamente reforçadas na Primeira República. A Primeira República brasileira é absurdamente racista. Claro, que ela está dialogando com uma ideologia maior, imperialista, racalista, que começa lá atrás no século XIX e que chega ao seu extremo com a segunda guerra mundial, pensando de um lugar mais eurocentrado. Mas, é uma sociedade que escolhe, o tempo inteiro, em fazer escolhas nas quais a questão racial, seja, invisibilizada ou que a diferença socioeconômica, que é oriunda desse racismo também seja naturalizada.

Sempre escutamos que brasileiro não se declara como racista. Mas sempre ouvimos o fato de uma pessoa conhecer alguém racista ou já ter visto alguma situação racista. Essa é uma questão talvez muito típica do Brasil, de ninguém se dizer racista, mas o racismo está aí...

O mundo está mudando, até pouco tempo atrás, ninguém queria ser racista, hoje em dia eu acho que isso não está nem sendo mais um problema... Enfim, então isso também me assusta um pouco. Mas, eu acho que essa frase é muito característica na forma que esse racismo impera porque é isso, o que está por trás é a nossa profunda dificuldade em reconhecer que ele existe, porque ele é muito sutil, ele não é nem um pouco sutil, na verdade, mas a gente naturaliza, a partir de uma ideia de normalidade, de funcionamento. Então toda vez que alguma coisa foge dessa lei, dessa ordem, dessa névoa, que o racismo cria, aí a gente dá uma chacoalhada.

Um movimento que eu acho muito interessante que tem acontecido com mais força, são os estudos da branquitude. Não sei se vocês já acompanharam, a Lia Vainer, ela tem um doutorado muito interessante sobre isso, ela tem dois livros sobre a temática, que está muito forte na psicologia social. Porque o racismo, ele é, em última instância, a relação desigual entre duas raças sociais, principalmente no caso do Brasil que é o negro e o branco. Só que ele só “objetifica” o negro. O estudo de branquitude está falando “olha, se o racismo, ele existe, se a gente precisa entender as relações raciais, a gente precisa entender os dois polos. Tanto os negros, que tem sido estudados há muito tempo, quanto os brancos, pois os brancos precisam entender o lugar de privilégio que eles têm nessa sociedade racista”. Então são estudos muito interessantes, inclusive até para dar uma chacoalhada até em gente bem-intencionada, mas que fica muito incomodada quando algum tipo de manifestação racista que essa pessoa pode vir a ter é chamada atenção. Eu tenho uma amiga, que uma vez, sei lá o que eu fiz, acho que esqueci o aniversário dela, não dei parabéns, alguma coisa assim, ela falou: “ah Ynaê, você está na minha lista negra”, aí eu falei “essa é a única lista sua que eu posso estar, porque eu sou mulher negra”. Ela se tocou de que o racismo está em tudo, está quando fala “a coisa está preta”, a nossa linguagem é uma linguagem estruturada pelo racismo. Os termos que a gente escolhe são estruturados pelo racismo. E ter que apontar

isso é profundamente cansativo, mas é fundamental, porque em última instância tem muita gente que não tem a consciência dessa estrutura racial. E quando tomam uma chacoalhada começam a ficar mais atenta. Agora, como eu sou mulher negra num espaço de privilégio, eu sempre falo “eu entro, em qualquer lugar que eu entro, eu conto quantas pessoas negras têm”. Muitas vezes não tem nenhuma, só eu, então em um restaurante, eu olho assim, dois. Vou dar uma palestra numa universidade, três. Isso é uma coisa que me acompanha também. Eu, não só, mas todas as pessoas negras têm, de fato, conseguem estar nesses lugares que em tese não é para a gente estar, nessa estrutural racial. Então isso fala muito desse Brasil que tem uma profunda dificuldade em reconhecer o racismo que é estruturante. É muito difícil uma pessoa, sobretudo uma pessoa que não é negra, não ter cometido algo racista, nem que seja sem querer, uma expressão, atravessou a rua porque viu um rapaz negro chegando, enfim, coisas do tipo...

[Sobre a sua participação na formação de material didático a respeito da história da África e de escravidão. Gostaríamos que você falasse sobre a sua experiência na formulação desse material, e também da importância das leis que regulamentaram essa obrigatoriedade.](#)

Vou começar pelas leis e a importância delas, sobretudo no fato delas serem fruto de movimentos sociais. Sobretudo do movimento negro, lei 10.639, que agora é 11.645, porque adicionou a questão indígena, que é uma questão fundamental sobre a qual a gente fala muito pouco, muito mesmo, e não deveria, até muito menos do que a própria questão negra. Elas são frutos de movimentos sociais que em um governo específico, governo Lula, conseguem dialogar com esse governo e passam, alterando a LDB. São leis que têm na minha opinião uma função muito importante que é, não só trazer os conteúdos específicos, as histórias africanas, atribuição do negro para história brasileira, mas, o que eu acho que seria fundamental e que infelizmente não acontece, é pensar, sobretudo, eu falo no campo da história, uma nova teoria, um novo método de se fazer história, que parte do pressuposto da pluralidade, da multiplicidade da existência humana no mundo. É isso, porque a gente tem um olhar muito condicionado à história europeia. Eu dei aula muito tempo como professora do ensino básico, do ensino fundamental II, fiquei muito tempo dando aula de Império Romano, teve uma hora que eu não aguentava mais. E uma coisa que eu lembro que sempre chamava atenção dos meus alunos, todo ano, eram duas coisas que sempre chamavam muita atenção: a primeira era como falar que os escravos do Império Romano não eram negros em sua maioria, e que inclusive, em Roma, durante muito tempo não se usava azul, porque azul lembrava a cor dos olhos dos escravos, porque os escravos eram os eslavos, por isso que, inclusive, a palavra vem esla-, escra-, a escravização vem de um grupo específico da Europa mais oriental. Então, eles ficavam horrorizados. Foi mais ou menos o mesmo estranhamento que causou o modelo mendigo gato, eram o que os meus alunos tinham quando descobriam que podia ter algum escravo que não fosse negro. E outra coisa que eles sempre também curiosamente respondiam, porque eu sempre enfiava história da África em qualquer momento, vou ficar aqui, vou falar alguma coisa sobre história da África. E quando perguntava para eles se eles já tinham tido alguma história de região africana, de algum país africano, noventa e nove, vírgula nove por cento respondiam que não.

Só que eles passavam quatro meses estudando Egito. Eles faziam um negócio gigante para apresentar para os pais... Eles não estudam o Egito como uma sociedade africana. Então, isso foi me dando uma gastura que eu falei “não, a gente tem que fazer alguma coisa”, e a professora que dava Egito era minha amiga e eu sei que ela tinha um cuidado em fazer um reconhecimento no norte da África. Mas, é tão naturalizado que o norte da África é na verdade como se fosse a Europa, porque é civilizado, que a gente esquece que o Egito é da África. O próprio Cuvier que é um dos responsáveis por racializar o discurso científico do século XIX, ele diz que o Egito não pode ser considerado uma sociedade africana porque é uma sociedade civilizada, e a África é o lugar da barbárie, isso no século XIX.

Você vai ver aquele filme *A Múmia*, a múmia, aquela trilogia, quadrologia, sei lá quantos são, que é um filme bobinho, que passa na televisão... É legal o filme *A Múmia* é uma coisa legal, mas não tem negro. Asterix e Obelix, vão para o Egito, não tem negro. Não tem negro. Então é muito tranquilo você imaginar que o norte da África, ou a parte que interessa o norte da África não tem negro. Os alunos não têm o acesso ao debate racial do século XIX, mas eles têm acesso ao que ele produz e continua produzindo. Pegar os filmes da Disney. Quais são os grandes filmes da Disney que são situados na África? *O Rei Leão* e *Madagascar*. Não tem gente. Só tem animal. É uma coisa chocante. Eu amo *Rei Leão*, aquele filme, uma releitura de Shakespeare, Hamlet, não tem gente. Aí quando tem um filme que é um pouco sobre a questão racial, aquele da *Princesa e o Sapo*, “ah ele não é sapo o filme inteiro”, eu falo “ah, você está de sacanagem comigo! ”. “ah não, não é possível, não é possível”. E aí o cara malvado é também meio que do vodu, eu falo “não pode gente! Alguém tem que falar para as pessoas que não pode”. Eles acabaram de relançar o *Tarzan*. O que é mais racista do que o *Tarzan*? Foi escrito por um homem que nunca pisou no continente africano. Que leu o que estava sendo produzido durante os processos expedicionários e nunca pisou no continente. Essas são as histórias que a gente tem da África até hoje, fora o que aparecem nos jornais de vez em quando: “raptos de meninas na Argélia”, um “islamismo mais fora de controle”, e “pobreza”. Eu escrevi um artigo no qual eu peguei a frase de uma aluna, uma dessas... e eu dava aula para classe média alta, são pessoas que viajavam inclusive alguns tinham ido até para Tanzânia, safari, essas coisas. E aí, eu estava querendo apresentar para eles uma série de imagens sobre o continente africano para mostrar diversidade e depois estudar os povos específicos para eles conhecerem. Aí fui passando várias imagens, tipo Johannesburgo, para verem que é uma cidade como o Rio de Janeiro. Uma cidade enorme. Mostrei uma aldeia no Congo, aí uma menina falou “ah, sim, isso é África!”, porque esta questão está muito forte...

O que eu fiz para turma, mudei o curso. A escola que eu dava aula tinha essa liberdade. Então, vamos estudar o que são essas tribos africanas, o que vocês acham que é África, ela é muito mais complexa do que vocês imaginam, obviamente, porque não tinham ideia do que é tribo do ponto de vista conceitual. Então fomos mergulhar um pouco nisso e no final, alguns conseguiram entender, outros não, porque faz parte desse processo, lutar contra...

[Uma criança de doze anos já traz essa visão...](#)

Exatamente. Fico até aliviada, digo “não, isso não é África, gente...” A minha entrada no ensino de história da África, vem tanto dessa minha experiência como professora, quer dizer, da junção da minha experiência como professora do ensino fundamental, com uma pesquisadora que estudou história da escravidão com bastante profundidade e que para entender a escravidão no Brasil teve que voltar para algumas histórias africanas, não todas obviamente, mas para entender melhor como se deu essa relação estrutural da África. O que tentei fazer foi justamente, pensar nessa correlação, tentando dialogar obviamente com, as questões didáticas e as faixas etárias, porque também não adianta você imaginar que o sexto ano vai fazer uma revolução, porque os meninos estão aprendendo agora... A coisa que você mais ouve quando você dá aula no sexto é “pula quantas linhas, professora?”, “é a caneta ou lápis?” Então você não vai teorizar o que é tribo, mas você pode apresentar histórias. Eu acho que, sobretudo nos sextos e sétimos anos, é muito importante a gente dar, apresentar essa gravidade, “vamos ver um pouco do que tem na África? O pouco que tem na Ásia? O pouco que tem na América?”; para dar uma descentralizada, porque senão, eu dava aula do Império Carolíngio.

Império o que?

Carolíngio. Que bom que, que bom que vocês nem lembram, porque é um negócio que não faz a menor diferença para a nossa história, o Império Carolíngio. É até interessante, porque eu gosto de história medieval, então para entender o processo do início do feudalismo para o Império Carolíngio, mas por que que eu preciso falar do Pepino, um dos imperadores, Carlos Magno... Eu ficava um tempo dando aula sobre isso, estava no livro didático, estava previsto no currículo e sobre África não tinha nada. Como a escola me permitia uma certa autonomia, eu optei em alguns casos, claro, respeitando a mesma, mesmo recorte cronológico, porque são meninas de doze, treze anos que dava para falar, não dá para bagunçar tanto. Eles estão construindo essa questão cronológica naquele momento, e eu falava o que dava, então sempre falava do império do Malí, que eu acho incrível, que teve um imperador maravilhoso, todo escravocrata também. Mas que tem uma história que chama atenção, porque o imperador atravessa o continente africano para chegar à Meca. Tanto ouro que ele coloca em circulação que o preço do ouro na Europa cai durante 30 anos, um cara que é meio fantástico...

E até hoje Mali é meio efervescente assim, até mesmo com os grupos tribais que ainda reclamam uma posição política e não são reconhecidos.

Exatamente. Então, a ideia era fazer um pouco essa ponte, porque eu também acho que isso acomete muito quem estuda escravidão pós-abolição, mas eu acho que isso é um problema dos historiadores de forma geral e a gente só escreve para a gente mesmo. Só escrevemos para academia. E isso é uma grande crítica, porque tem que escrever, se a gente está numa

disputa de narrativas, porque é isso que a gente está, né, em última instância e em vários aspectos, a gente tem que escrever coisas que as pessoas gostam de ler, entendeu?

Que entendam as pessoas entendam. Os livros do Laurentino Gomes são a prova de que as pessoas gostam de história.

Exatamente, não é pouca gente, não. Agora, porque que não é, sei lá, por que que não sou eu que estou escrevendo? Entendeu?! Por que que precisa de um jornalista, que muitas vezes, não é sempre, mas muitas vezes, banalizam uma série de questões e apresenta muito factóide histórico. Então, claro, que somos muito críticos a isso, historiador é uma função, mas eu acho que a gente precisa fazer esse exercício de escrever para mais gente. E pensar em outras linguagens, cinema, série, eu sempre falo: “gente, eu quero que a Netflix, me contrate”. Meu sonho é a Netflix falando “ó, Ynaê, a gente vai fazer assim, uma série sobre escravidão no Brasil, ajuda nós?”, e eu falo “ajudo!”. Feliz, entendeu?! Porque precisamos falar sobre essas histórias, tem tanta história legal...

Porque tem muita história, tem muita história para contar. Isso é bom, também, assim, tem muita coisa para fazer. E a gente precisa fazer porque está tudo sendo colocado em risco aqui.

Estamos em um momento de perder direitos, de perder alguns avanços que foram conseguidos. Retrocedendo... A primeira coisa que eu penso, em relação a isso é o que aconteceu com a Marielle. Foi uma execução, uma coisa abominável, eu fiquei sem palavras para o que aconteceu.

Um alerta, né?! Foi a primeira, a cavalaria está chegando...

O que eu acho que a gente viveu nos últimos anos foi a eclosão de uma série de reconhecimento de identidades e lugares, não só de fala, mas de históricos, de potências, sobretudo de pessoas que foram historicamente alijadas, de estarem em espaços de representatividade. Eu acho que isso é uma coisa que não, pode ser o que for, isso não muda. É claro que pode acontecer o que aconteceu com a Marielle, isso, inclusive, a possibilidade de ter mais atos de extrema violência é cada vez maior. Mas, eu acredito realmente, essa é a minha parte poliana e positiva do que está acontecendo de que teve uma, de que a gente acordou, de fato. As mulheres acordaram, as mulheres negras sobretudo, porque são, sem sombra de dúvidas as que estão no pior lugar da sociedade brasileira e americana, enfim, junto com as mulheres indígenas. Então ele acordou.

E não tem como voltar a dormir, né?

Não tem como voltar a dormir. Agora, o que eu acho que a gente tem que fazer a partir do que vem acontecendo, são dois movimentos: o primeiro é pensar outras formas de estratégias de ação, porque a liberdade vem sendo cada vez mais cerceada, e se, acontecer o que pode acontecer, inclusive no jogo democrático, que não é tão democrático assim, eu acho que a gente vai ter que pensar realmente como que essa, essas ações vão poder acontecer. Porque, as pessoas começam a correr riscos sérios. E a outra coisa, que eu acho que a gente precisa entender, sobretudo nós historiadores, cientistas sociais, cientistas políticos, antropólogos... é o avanço do fascismo. É avassalador.

Porque estão criando essas *fakes historys*, é um negócio, em última instância, o nosso lugar de historiador está sendo colocado em risco, questionado o tempo todo, além do professor, que está tomando mais tapa na cara ainda. É, um projeto inclusive que está propondo o ensino a distância, enfim, o esvaziamento da educação como projeto nacional. A gente tem que, fazer esse duplo movimento, que na verdade é o mesmo, porque precisamos entender o que está acontecendo, para se colocar, imagino, que de uma outra forma. A gente não vai sustentar essa polarização por muito tempo. Porque senão vai virar guerra civil; só que no Brasil não está tendo guerra civil, não tem... resolve de outro jeito no Brasil, que geralmente, não sei se é pior ou melhor, mas é sempre muito, muito violento. Então eu imagino que a gente precise ter muito certo essas conquistas que a gente teve. Eu sou uma defensora da volta para uma análise mais estrutural. Ontem eu ouvi uma fala muito interessante de um colega numa mesa da UERJ que ele falou que a pós-modernidade foi fundamental para esses reconhecimentos todos, da diversidade que é o ser humano, da possibilidade incrível que essa diversidade traz. Mas ao mesmo tempo a própria pós-modernidade deu munição para acabar com ela. Acabar com o que ela reconhece. Com a potência revolucionária que ela tem. Depois que eu vi, o movimento “Ele Sim contra a ditadura da mulher baranga”, eu falei “gente, eu não estou entendendo o que é isso...” Eu acredito muito que a revolução já começou. E ela depende da gente, das mulheres, sobretudo. Quem vai fazer esse negócio funcionar de outro jeito somos nós. Mas existem movimentos que não vão suportar isso. Inclusive de outras mulheres, porque são sujeitos que podem escolher o que quiserem e estão escolhendo isso. Então eu acho que a gente tem, no lugar que a gente ocupa, de acadêmicos, professores, estudantes, tentar olhar para isso de forma menos passional.

Eu não sei se você já passou por isso, mas existem situações que existe uma deslegitimação da opinião, por meio do discurso, através da ideia do academicismo. Tipo “ah, isso que você está falando é completamente academicista...”

Sim, mas é a desvalorização desse lugar do conhecimento, porque é isso. “ah, porque eu resolvi então que vieram doze milhões de escravos para as Américas”, eu não tirei isso do nada. São “tantas” pessoas pesquisando, há não sei quantos anos. Então, o conhecimento científico, ele está sendo colocado em jogo. Porque o fascismo só vai crescer assim. Porque é um pouco mais palpável, você não vai discutir, átomo, que é um negócio mais difícil. Vamos concordar, que está mais longe do nosso cotidiano, então a gente vai discutir pois tem pobre na rua, que é um negócio que todo mundo vê, porque aumentou o número de pessoas

morando na rua. Então as pessoas se colocam, eu não acho exatamente ruim, como produtoras de conhecimento; agora, tem que ter uma hierarquia. Não uma hierarquia de quem é melhor e de quem é pior, hierarquia de investimento. A pessoa que pesquisou, que estudou, ela parou a vida dela, deixou de beber cerveja, ir no cinema, de ir na praia, para estudar aquilo. Eu tenho que parar e ouvir o que ela está falando.

Talvez isso tenha a ver com o fato das últimas décadas terem tido uma maior inserção das pessoas de classes que antes não tinham acesso a esses locais de produção de conhecimento científico.

Porque pobre e preto falando... “ah, então não é bem assim”. É claro, isso é luta de classes. É isso, é uma outra forma, outra forma de pensar luta de classes. O conhecimento, ele é legítimo quando um grupo específico está historicamente sancionado, apenas ele produz “Virou oba-oba? Ô, a pessoa é preta, entra com cota, pode falar, então eu também posso!”. É claro que isso está atravessando essas pessoas o tempo todo.

Existe uma crítica à história tradicional, historiografia tradicional, que muitas vezes entende estudos relacionados à intersexualidade, com militância não como um estudo sério, com uma teoria acadêmica. Você pode falar um pouco como pesquisas estão calcadas ou na vivência militante, que leva em consideração os estudos interseccionais, e podem mostrar uma força.

Eu acho que a gente tem dois movimentos. Um que é muito positivo e acho fundamental que outros olhares estejam na academia, porque não existe só uma História, não existe só uma Ciência Social, não existe só uma Sociologia, e isso causa incômodo para quem, mesmo para pessoas mais simpáticas, quando você tem um grupo que historicamente não esteve na academia produzindo conhecimento entrando na academia e produzindo conhecimento a partir das suas questões, da sua experiência, do seu olhar, isso muitas vezes é deslegitimado dentro da própria academia, isso é muito sério. E que abre a brecha para que isso seja elevado à enésima potência com atitudes pro fascistas. Então eu não vejo nenhum tipo de inviabilidade de uma militância social e à produção de conhecimento de ciências sociais, ciências humanas, pelo contrário. Eu acho, inclusive, que a militância traz questões que foram historicamente silenciadas e que esses próprios estudos apontam, “ó, nem fala muito”; pois quando o objeto vira sujeito, fica um pouco tenso para todo mundo. O que eu acho que a interseccionalidade permite é justamente isso, essa transformação que é, é um pouco uma transformação de paradigma, que é a, o objeto virar sujeito da pesquisa, virar sujeito de produção de conhecimento. É, por isso eu acho muito importante. Agora, eu acho, também, que é muito crucial que esses estudos das minorias com muitas aspás, que eles estejam em diálogo com estudos ou com questões mais estruturais. Para não ficar uma história fechada nela mesma. Porque a questão negra não é só uma questão negra. A questão LGBT não é uma questão só LGBT. Elas dizem respeito ao cenário brasileiro. E as vezes a forma como elas são construídas, como elas são apresentadas, você retifica o problema; a questão do racismo não é uma questão só do negro, não, o racismo é uma

questão do Brasil. Quem sofre mais são os negros, mas é uma questão do Brasil. A questão LGBT, a mesma coisa. Então, eu acho que a gente vai ter que começar esse movimento. Porque o que aconteceu agora foi uma explosão, de possibilidades, de sujeitos, de novos objetos, de novas perguntas... Isso é muito positivo, mas isso tem que, na minha opinião, que dialogar com questões mais estruturais, que é a própria desigualdade que está aqui, que faz com que o Brasil funcione, que o capitalismo exista, a gente precisa dialogar com essas pessoas. Que são mais *hardcore*, mais “tensozinhos”; é menos, digamos, é menos... como eu posso dizer... muitas vezes é menos atraente até para quem está estudando. Você se apaixona pelo seu objeto, e as vezes tem que ler, sei lá, o capítulo três do Capital, não necessariamente seja muito apaixonante. Mas eu acho que a gente precisa fazer esse jogo duplo e se preocupar menos em “lacrar”. Eu vou ser bem crítica, porque eu acho que tem uma coisa que é muito importante, que são as pessoas que nunca tiveram lugares de prestígio, lugares de visibilidade, aproveitando essa democratização que a internet e permite virarem celebridades. Mas, se ser celebridade é o fim, eu acho um pouco, aí eu já não acho tão legal. Se isso é consequência de uma ação com a militância, que bom. Mas isso acaba se transformando no fim de uma atuação, eu acho que fica um pouco complicado porque vira a “lacrção” pela “lacrção” e no final, quem continua morrendo são as mesmas pessoas. .

É tudo muito novo. Mas eu acho que a gente uma organicidade que a gente pode voltar ali... a gente tem... se nós somos seres estruturais, a gente tem estrutura, a gente tem osso, entendeu, e depois a gente tem músculos depois desse osso, a gente tem a pele, a gente tem uma estrutura orgânica que, de certa forma, ela reverbera, digamos assim, na sociedade. A gente precisa comer, temos necessidades mínimas e básicas que a gente tem para continuar existindo. E as inflexões sexuais elas, obviamente, elas passam por isso. Em última instância, é isso que está em jogo. É a existência dos nossos corpos. Não é só aonde eles podem circular, que essa é a questão da pós-modernidade: “onde pode circular?”. Eu acho, agora, a questão, nisso a gente tem retrocesso. Esses corpos podem ou não existir.

E o que você acha dos planos de governo que querem fazer uma secretaria de questões raciais?

A questão racial, ela tem que estar no ministério da saúde, no ministério de educação, no ministério da cultura, no ministério da fazenda, no ministério da pesca, em tudo.

Você faz o ministério da democracia racial, aí você “ah, esse ministro aqui vai ser negro”. Mas todos os outros vão ser homens, brancos e tal.

Exatamente. Você encarna isso, realmente, ou, essa é a minha grande crítica à esquerda como um todo, sobretudo a brasileira. Não vai ter mudança, gente, não tem democracia com racismo desse jeito, não tem. Não existe. É falso.

É por isso que eu falo a mudança quem vai fazer somos nós. Não são esses homens. Eles não têm essa estrutura. Eles não conseguem... Essa naturalização de que eles estão nesse espaço e de que são eles que vão, não vão, não vai levar. Sabe porque você não vai levar? Você não entende o que está acontecendo. Você não entende, por exemplo, questões básicas da vida cotidiana de quem tem filho, como eu, eu tenho que falar as vezes para o meu marido “você não entende, quando eu estou pedindo para você fazer alguma coisa, é porque eu já pensei que vai faltar fralda, por exemplo. Porque eu tive que ir lá, olhar, pensar, a semana toda; porque é um lugar, eu fui construída para fazer isso, você não.”

A nossa próxima pergunta é sobre o grupo de intelectuais negras que você faz parte.

Eu fazia, mas saí porque era muita demanda. É um projeto muito interessante, que a Giovana Xavier coordena. O pressuposto desse grupo é de pensar histórias que foram sendo silenciadas, contadas por pessoas que também foram silenciadas.

E para finalizar, queríamos que você falasse um pouco mais sobre as suas expectativas tanto no campo da academia, mas também no seu campo de estudo para os próximos anos. Perspectivas de possíveis temas futuros, mas também, em relação ao desenvolvimento de novas pesquisas à respeito pós-abolição, da escravidão, o que você acha que pode surgir.

Esse projeto que eu comecei agora, ele acabou de ser selecionado pela FAPERJ. Eu acho que ele vai ter uma parte, eu acredito, porque eu pleiteei esse projeto, que é pensar duas coisas importantes: a primeira é uma perspectiva transnacional da produção do conhecimento, assim, dos humanos. Pensar nos diálogos, que são estabelecidos e com quem esses diálogos são estabelecidos. E outra questão é entender a construção do pensamento social, pois ele é uma construção que também silencia muita gente. Pois a gente estuda geralmente, Gilberto Freyre da vida, um Sérgio Buarque no caso brasileiro, enfim, mas não tantos informantes, que são homens relativamente conhecidos, o próprio Manoel Querino, é um homem que as pessoas já ouviram falar. Então, a ideia é um pouco voltar. Eu tenho duas coisas que eu quero estudar e elas se relacionam. A primeira é essa, entender como que homens negros de destaque conseguem se destacar socialmente em sociedades bem racializadas, produzem uma interpretação da história da escravidão nos seus países e também na herança africana que vai impactar diretamente numa transformação de paradigma que só vai ser reconhecida quando homens brancos sofrem falar sobre elas. A segunda é uma questão que o estudo do Juliano Moreira me chamou a atenção e que eu acho que vou começar, é a loucura e o cruzamento da loucura com a raça. É pegar os anos finais da escravidão e os primeiros anos da república, fazer um estudo de 60 ou 80 anos mais ou menos e pensar como que em muitas vezes o que a gente chama de loucura também é racismo. Isso também já vem sendo trabalhado, por vários autores, mas geralmente tem um recorte do período da escravidão e do pós-abolição. Como eu sou uma pessoa que estuda escravidão que está migrando para o pós-abolição, eu não largo o estudo sobre escravidão, aí está a dificuldade. Mas eu acho que isso é interessante, porque, não sou eu que acho isso, obviamente, porque o pós-abolição,

começa antes, na verdade, em 1888. Porque tem a abolição discutida, tem movimento abolicionista acontecendo, tem a história longuíssima de resistência escrava, é claro, o fim da escravidão, por decreto legal, dá outra tônica para questão. Não tem a menor dúvida da longa duração. Nisso eu sou “super brauderiana”, então de certa forma eu vou pensar a produção do conhecimento por autores negros e também essa questão da loucura, passando pela escravidão, pela questão racial, no Brasil, e nas outras Américas, é, a partir desses, desses pensadores negros. Então seria mais ou menos isso e, se tudo der certo, eu vou chegar até a Virginia Bicudo, meu objetivo é chegar em uma mulher negra. Mas como ela é muito século vinte XX já para mim, e como existe muita gente competente trabalhando com ela. A Janaina Damasceno (professora da UERJ) tem uma tese incrível sobre a Virginia Bicudo, que é uma psicanalista. Eu adoro a psicanálise também; um quem sabe eu vá estudar psicanálise também, para entender as dimensões do racismo no inconsciente..